

**A RELAÇÃO DO HUMANO COM A NATUREZA: É PRECISO
DECOLONIZAR PARA RETERRITORIALIZAR**

**THE RELATIONSHIP OF HUMANS WITH NATURE: IT IS NECESSARY TO
DECOLONIALIZE TO RETERRITORIALIZE**

Eliane Terezinha Thiago Popp

Doutoranda em Geografia pela Universidade do Estado do Paraná (Unioeste)
Professora da Educação Básica do Estado de Santa Catarina.

elianethiago06@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-7054-3786>

199

RESUMO

O espaço geográfico resulta da complexa relação indissociável entre natureza-sociedade. Neste sentido, este artigo tem como objetivo apresentar e analisar as progressões temporais da relação do humano com a natureza, principalmente no Brasil, até os dias atuais. Tem, como objetivos específicos: 1) Pesquisar e identificar a progressão temporal que envolve a relação do humano com a natureza; e, 2) Identificar as emersões desta relação neste período histórico, bem como, a relação com os conceitos decolonialidade. A metodologia adotada sustenta-se na pesquisa qualitativa, entrecruzada com a hermenêutica dialógica, formando uma coalisão potente para este tipo de abordagem, pois caracteriza-se pela análise de interpretação, comparação e exposição dos dados. Envolve a pesquisa bibliográfica, da qual apresenta indícios potentes quanto à apropriação da natureza pelo humano, principalmente após a Primeira e a Segunda Revolução Industrial. Neste sentido, o Encontro de Estocolmo buscou garimpar proposições que sinalizam para a falta de uma relação de equilíbrio entre o humano e a natureza. Sendo assim, entende-se que a relação do humano com a natureza precisa abarcar elementos de decolonialidade, para que se possa pensar numa relação harmônica e equilibrada.

Palavras-chave: Sociedade-Natureza 1; Ensino de Geografia 2; Decolonialidade.

SUMMARY

Geographic space results from the complex, inseparable relationship between nature and society. In this sense, this article aims to present and analyze the temporal progressions of the human relationship with nature, mainly in Brazil, until the present day. Its specific objectives are: 1) Research and identify the temporal progression that involves the relationship between humans and nature; and, 2) Identify the emergence of this relationship in this historical period, as well as the relationship with the concepts of decoloniality. The methodology adopted is based on qualitative research, intertwined with dialogic hermeneutics, forming a powerful coalition for this type of approach, as it is characterized by the analysis of interpretation, comparison and exposure of data. It involves bibliographical research, which presents powerful evidence regarding the appropriation of nature by humans, especially after the First and Second Industrial Revolutions. In this sense, the Stockholm Meeting sought to explore propositions that signal the lack of a balanced relationship between humans and nature. Therefore, it is understood that the relationship between humans and nature needs to encompass elements of decoloniality, so that we can think of a harmonious and balanced relationship.

Keywords: Society-Nature 1; Teaching Geography 2; Decoloniality.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico resulta das interações sociais e naturais que acontecem de forma indissociável e ininterrupta. Nesta remodelação frenética sobre o espaço, desde o surgimento da humanidade, o humano é o principal mantenedor das transformações que acontecem. Em cada momento histórico, porém, as modificações sobre o espaço o lapidam de maneira diferente, resultando em novas reconfigurações espaciais.

Sendo assim, entender a forma como o humano se relaciona com a natureza neste período coetâneo torna-se relevante para desvendar os inúmeros problemas de esfera ambiental, social e econômica, vivenciados em diferentes partes do mundo. Por este motivo, revisitar a relação do humano com a natureza é uma estratégia para entender os motivos que o levam a se considerar um ser superior, que age, por vezes, de forma majoritariamente exploratória e dominadora para com a natureza.

Diante disso, identificar como esta relação entre sociedade-natureza está construída ao longo do tempo e espaço pode contribuir para que o humano se comporte de forma equânime, e, ainda, permitir que esse reconhecimento minimize os impactos, recorrentes, muitas vezes, desta relação desequilibrada.

Entendemos que a paisagem apresenta o resultado da interação entre a sociedade, na figura do homem, e a natureza, porém, olhar apenas as relações que acontecem nesse período coetâneo limita a compreensão espacial. Superar este pensamento que o humano possui sobre a natureza é buscar entender como ocorreu este processo, e apresentar uma proposta para decolonizar o que está enraizado na sociedade. Sendo assim, compreender a forma como os sujeitos que integram e se veem na sociedade, bem como o que os move diariamente, se torna importante para entender como estes transformam o espaço em que vivem, e como se relacionam com a natureza.

O que se percebe são inúmeras discussões referentes à apropriação da natureza e às consequências que poderão limitar o futuro da humanidade e do próprio planeta. Como pesquisadora e professora da Educação Básica, pesquisar e refletir sobre esta relação e o conceito de decolonialidade é algo desafiador. Esta pesquisa, contudo, é um fechar de brechas que há em minhas percepções quanto a este comportamento possessivo do humano sobre a natureza, e pesquisá-lo talvez seja uma forma de entender para, assim, seguir em outras pesquisas que tratam desta temática. São abordagens discutidas dentro da academia, todavia, na prática, ou seja, no cotidiano, o humano acaba seguindo o processo capitalista e consumista, o que leva a nos sentirmos integrados a um mundo que, por vezes, é identificado como exploratório, capitalista, machista e patriarcal.

Sendo assim, para este artigo definimos, como objetivo, apresentar e analisar as progressões temporais da relação do humano com a natureza, no Brasil, até os dias atuais. Os objetivos específicos são os seguintes: 1) Pesquisar e identificar a progressão temporal que envolve a relação do humano com a natureza; e, 2) Identificar as emersões desta relação neste período histórico, bem como a relação com os conceitos de decolonialidade.

A pesquisa, de natureza qualitativa, está concomitante à hermenêutica dialógica, que serve como sustentação metodológica para este artigo, pois, ao se entrecruzarem, potencializam esta abordagem, que se caracteriza pela análise de interpretações, comparações e exposições. Pesquisas bibliográficas formam um arcabouço teórico que sustenta as discussões e sintetizações, e contribui na arguição das múltiplas relações que se apresentam entre os seres humanos e a natureza.

Para Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais científicos produzidos, como artigos e livros e/ou capítulos de livros, entre outros, que, para este artigo se complementa com a pesquisa qualitativa e hermenêutica dialógica. Para isso, as compreensões, discussões e reflexões interpretativas quanto à progressão temporal dada a esta relação pode ser atribuída como forma de entender a evolução desta relação.

MATERIAL E MÉTODOS

A natureza sempre foi tema de pesquisa de inúmeros geógrafos, pois é o objeto que está simultaneamente relacionado com o humano – próximo ou distante. Diante disso, para este artigo foram realizados estudos com abordagem qualitativa, abrangendo leituras densas e direcionadas ao objeto pesquisado, como artigos, livros e capítulos de livros, que proporcionaram um arcabouço teórico de sustentação para as discussões aqui apresentadas.

A pesquisa envolve discussões que dialogam sobre como se deu este envolvimento entre o humano e a natureza, desde o período colonizatório até os dias atuais, porém, dando maior ênfase para o período coetâneo, ficando, assim definido, o recorte temporal para as duas décadas do século 21. É importante destacar que a relação estabelecida desde o período colonial servirá de base para entendermos como o humano se relaciona atualmente. A coleta de dados, além de ter compreendido a pesquisa em livros, foi realizada por meio do Google Acadêmico, a partir da seleção de algumas palavras-chaves, como sociedade-natureza e decolonialidade. Por fim, os resultados são apresentados em um subtítulo subsequente.

COLONIALIDADE: DESDE E ATÉ QUANDO?

A humanidade, desde seu surgimento, relaciona-se com a natureza como esta sendo a provedora de elementos naturais para a sua subsistência. O período colonizatório, contudo, expôs uma realidade que talvez seja desconhecida em nosso país, sendo o movimento monetário proporcionado pelos elementos naturais, que passam a ser trocados como moeda, fenômeno promovido pelas Grandes Navegações, a partir do século 15. Com a chegada dos navegantes colonialistas, iniciou-se uma retirada agressiva dos elementos naturais, o que fez surgir ou se construir um novo pensamento, diferente daquele que se tinha antes em relação à natureza. Outrora, os povos originários mantinham uma relação de adoração, zelo e preservação da natureza, que estava atrelada ao comprometimento com o futuro, porém, isso foi negado pelos colonizadores.

Na Carta de Pero Vaz de Caminha, há o relato registrado que aborda as características fisionômicas dos povos que aqui viviam, e que permite identificar esse processo de adoração aos elementos naturais. Caminha descreve dessa forma:

[...] pintados de preto e vermelho, e quartejados, assim pelos corpos como pelas pernas, que, certo, assim pareciam bem. Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal[...]. Todos andam rapados até por cima das orelhas; assim mesmo de sobrancelhas e pestanas. Trazem todos as testas, de fonte a fonte, tintas de tintura preta, que parece uma fita preta da largura de dois dedos (Brasil, 2020, p. 3).

Esta narrativa, endereçada ao rei de Portugal, nos remete à percepção de que, ao chegar no Brasil, os europeus vangloriavam o que encontraram, aos detalhes, deixando a impressão de que eram objetos diferentes aos vistos em outros lugares e/ou que eram superiores ao que tinham em Portugal, por exemplo. Caminha admira a maneira como os indígenas utilizavam os adornos, seu comportamento individual e em grupo, costumes e tradições. Essa descrição produzida por Caminha ao rei de Portugal pode ser entendida como um “cardápio”.

O cardápio, segundo o dicionário (Dicio, 2023), é a “[...], relação das iguarias disponíveis para consumo, frequentemente entendido ou apresentada com a descrição da sua composição”. Sendo assim, é uma lista de produtos oferecidos, na maioria das vezes, aos clientes ou pessoas interessadas na aquisição de determinados produtos ou serviços, e, por isso, geralmente são cuidadosamente elaborados, permitindo ampliar as relações entre o ofertante e o comprador/aquisitor, que é a pessoa interessada no produto.

Chamamos esse movimento de colonialismo, marcado pela exploração, depredação e contrabando dos elementos aqui encontrados. Pode ser entendido como um período histórico e espacial de dominação de determinados países sobre outros, ou seja, o domínio de metrópoles sobre as colônias. Ao dominar os territórios, os colonizadores controlavam os saberes e fazeres dos povos colonizados, permitindo a fluidez das tradições, da cultura, da religião e dos costumes praticados pelos países dominantes sobre os colonizados, extinguindo, desvalorizando e massacrando a cultura dos povos originários.

Algumas pesquisas afirmam que o colonialismo pode ter sido superado aqui no Brasil, porém, a colonialidade¹ é reproduzida cotidianamente, estando presente em aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, sendo entendida como um modo de agir e ser do humano (Quijano, 2009, p. 73). Com isso, o humano passa a se relacionar com a natureza, principalmente aqui no Brasil, de modo dominador, exploratório e capitalista. Para o autor, em pouco tempo o capitalismo tomou conta das relações, tornando-se eurocentrado e mundializado, assim como é nos dias de hoje.

Para esse pensando, o autor propõe pensar na colonialidade² como um modo de vida, deixado pelos colonizadores, que se instalou na alma do colonizado. O europeu transpôs a percepção de domínio e controle, que foi absorvida pelos colonizados.

Este modo de pensar, contudo, está implicado no eurocentrismo, carregado pelo conhecimento moderno e atrelado ao domínio dos portugueses, que, para Quijano (2009, p. 76), é uma doutrinação engessada, que coloca o colonizador europeu como dominante sobre o subalterno colonizado. A partir da percepção de comercializar os elementos

¹ A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, como pedra angular do referido padrão de poder, e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009, p. 73).

² Enquanto a dominação agir articuladamente e a resistência a ela agir fragmentadamente, dificilmente deixaremos de viver em sociedades capitalistas, colonialistas e homofóbicas-patriarcais. Talvez, por isso, e como se tem visto ultimamente, aos jovens de muitos países seja hoje mais fácil imaginar o fim do mundo (pelo agravamento da crise ambiental) do que o fim do capitalismo (Quijano, 2009).

naturais, o humano vai aprimorando o cardápio, de acordo com os interesses dos compradores, em detrimento ao período histórico vivido. Na Primeira e, igualmente, na Segunda Revolução Industrial, ocorreu a intensificação do uso dos elementos naturais, que os transformou em recursos naturais pelo sistema capitalista. Isso promoveu, também, o fortalecimento do sistema, certificando uma relação de controle e dominação sobre a natureza, que passou a ser vista como provedora de recursos.

Essa exploração é fomentada pelas revoluções industriais, de forma atrelada ao modo capitalista com o qual as sociedades se organizam, principalmente aqui no Brasil. Pensar, pois, os movimentos e elementos que envolvem a natureza, seria comum que fossem verdadeiramente naturais e mantivessem o seu próprio tempo, de maneira independente, autônoma. O que se vê, todavia, é a forte influência do ser humano, demarcando, tanto o tempo quanto o espaço, influenciando, assim, na constituição das dinâmicas naturais.

Com isso, o espaço geográfico, desde os seus primórdios, está em constante remodelação estrutural, principalmente pela interferência da produção humana. Para Carlos (2019, p. 15), o espaço “é entendido como a condição, o meio e o produto da reprodução da sociedade”, se apresentando como a constituição entre a sociedade-natureza. Há a promoção de um dinamismo, que é percebido como o movimento resultante da relação do humano sobre a natureza, na direção de se constituir a sociedade, por intermédio da inserção e transformação dos recursos naturais dispostos na natureza. Ao ocorrer essa integração, há, como resultado, uma série de novos elementos, humanizados ou reestruturados para as suas próprias finalidades.

Diante disso, o dinamismo natural e social se encontra em movimento contínuo, pois as transformações postas pela sociedade são constantes e ininterruptas, tal qual a própria dinâmica da natureza. Neste processo, o humano é o principal agente intensificador e modificador do espaço, fazendo-se necessário que este se adapte às diversas transformações postas na natureza, principalmente ligadas às mudanças ocorridas nas últimas décadas e tencionadas pelo uso de tecnologias nos setores de produção e comunicação (Santos, 2020).

O pensamento de colonialidade impera na sociedade. Nesta direção, Moreira menciona que “a Natureza é máquina, o homem é estatístico e a economia é fragmentada” (2020, p. 22-23), dispondo o ser humano, a natureza e a economia interagindo entre si, ao qual o ser humano pratica a ação, ou seja, executa as mais diferentes formas de trabalho. A natureza é o elemento autorregulador da disposição dos recursos naturais, e o espaço ou economia é onde essa interação é exposta. O que se vê é uma sociedade movida pelo capitalismo, e isso vai impactar no modo do humano nas relações entre si e com os elementos ao seu entorno, principalmente nesse momento coetâneo, em que o neoliberalismo se torna a engrenagem principal desse fluxo processual no qual o humano e a natureza estão inseridos (Moreira, 2020, p. 111).

Algumas vezes, esse movimento integrado entre forças naturais e a força da interferência humana agrava as consequências para a humanidade, alterando vários elementos, bem como, os fatores e até os fenômenos naturais em determinadas regiões no mundo³. Isso

³ O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) menciona danos irreversíveis no meio ambiente. Mais informações em <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759272>.

interfere na constituição e organização da sociedade.

Neste sentido, pensar na relação entre sociedade-natureza nos leva a entender que é possível ser provocada a segregação social e espacial, visto que uma minoria se beneficia dos recursos naturais, tanto economicamente quanto socialmente, enquanto uma parcela cada vez maior da população mundial fica à mercê do uso desses recursos. Citamos, como exemplo, a água potável e/ou tratada, que, ao tempo em que as grandes multinacionais utilizam milhares de litros deste recurso para suas produções industriais, pessoas e/ou famílias não a possuem nem mesmo para realizar a alimentação diária. O que se tem, na verdade, é uma natureza monopolizada, que serve de sustentação para o capital financeiro, ao passo que inúmeras pessoas não têm acesso ao mínimo necessário para sua sobrevivência.

O dinamismo social está associado à diversidade natural e aos fenômenos que esta provoca, principalmente a partir do uso excessivo e desequilibrado dos recursos naturais pelo homem. Como decorrência, há uma natureza que não é estática, irrelevante e nem mesmo passiva, sendo dinâmica e insubstituível.

Com isso, o modo como os seres humanos produzem o espaço geográfico tem a ver com o modo com que os sujeitos vivem, percebem e concebem, pois, se o ser humano produz o espaço, e a natureza constitui esse espaço, o ser humano constitui a natureza e modifica o espaço. Claval (2010) contribui nessa discussão, pois, para ele,

A experiência do espaço é, pois, fundamentalmente, a de suas interrupções, suas rupturas, seus contrastes, sua heterogeneidade. Esta não resulta somente da multiplicidade das condições naturais ou da diversificação das atividades produtivas. Ela nasce da experiência que os homens têm dos lugares e das emoções que esta suscita [...] (p. 55).

Arelado a isto, Claval (2010, p. 124) afirma que “o problema não consiste em saber se é a natureza, ou o homem, quem manda, mas sim, compreender como os seres humanos levam em consideração a dimensão ecológica de sua existência”. É da natureza que o ser humano tire seu sustento diário, não apenas para alimentar o corpo, mas, também, para alimentar a alma. Essa correlação deve ser harmoniosa e equilibrada, mesmo porque, o autor (p. 128) assevera que “os homens fazem parte da natureza”, o que significa estar integrado, pertencendo e constituindo, e não somente como presenciador.

O cardápio da natureza, elaborado pelo ser humano, oferece recursos naturais limitados, como ar puro, água potável, solo fértil, diversidade de fauna e flora, entre outros elementos essenciais para a continuidade da vida humana. O homem criou ferramentas para utilizar esses recursos com eficiência, purificando-os quando necessário, fertilizando ou eliminando resíduos, mas ainda não possui ferramentas que possam encontrar esses elementos da forma como se encontram na natureza. Então, à medida que os recursos naturais são extraídos, contaminados e utilizados em grande escala, é possível que o resultado seja um grande desequilíbrio ambiental, com impactos na vida do ser humano e na própria sustentação da sociedade. Diante desse fato, não se pode negligenciar tais consequências.

Dessa equidade racional depende a própria existência da vida humana no Planeta Terra.

O espaço é construído e reconstruído permanentemente pela natureza, mesmo levando décadas ou séculos, de modo independente do homem. Enquanto isso, o homem depende exclusivamente dos elementos naturais para sobreviver.

O humano, porém, entende que o conceito de natureza é apresentado como algo físico, criado, e que o ser humano distingue-se dos outros animais por nascer dotado do poder da razão. Com isso, o ser humano é desnaturalizado e fica à deriva, pois, como é um ser racional, não se sente pertencente à natureza, mas, também, não possui um elo explícito com a sociedade, tendo dificuldade de reconhecer sua gênese no espaço.

Moreira (2020, p. 118-119) definiu tal formação de sujeito como “um homem atópico”, um ser que simultaneamente está e não está, que é ausente e presente. Isso se justifica porque está presente na paisagem, no espaço e na natureza, e constitui a sociedade, pois todos estes mantêm relações em movimentos recíprocos, porém, não se veem pertencentes a nenhum lugar, entretanto, apesar de todos os lugares receberem classificações, o ser humano ainda não se identifica como sendo natureza, e talvez nem o fará.

Nessa interação entre homem-natureza, homem-objeto, homem-recursos, Marx (1968, p. 202 *apud* Moreira, 2020, p. 181) nos brinda com uma expressão apresentada no século 19, na qual aponta que, antes de mais nada, o trabalho é um processo que integra o ser humano e a natureza, no qual o ser humano impulsiona, regula e controla, com seu raciocínio e força, a natureza.

Com a fomentação do capitalismo, o que vemos é um processo intensificado e reestruturado do uso de técnicas, o que provoca profundas mudanças na concepção natural/ambiental. Diante desta intensificação do uso dos elementos naturais, o sistema neoliberalista amplia vários problemas sociais já existentes, e segrega o espaço e tudo o que está sobre ele. Santos (2020, p. 28-29), nesta direção, afirma que a “presença do homem já atribui um valor nas coisas”. Com as transformações impostas pelo capitalismo e apoiados pelo Estado, por meio da ampliação dos sistemas, como transporte, comunicação e transmissão de energia, o que se vê é o encaminhamento para a Terceira Revolução Industrial.

A apropriação da natureza por parte do ser humano, executada conforme a determinação de técnicas, que vão desde melhorias do solo, melhoramentos genéticos, produção artificial de calor, vapor de água, vento, enfim, hoje o homem cria técnicas para aproveitar os recursos naturais e transformá-los num menor custo possível, com o intuito de obter maior lucratividade. Para isso, utiliza a bioengenharia, como uma versão moderna da biodiversidade, técnica essa que está sendo capaz de relacionar-se com a natureza complexa e autorregenerativa, sendo que o paradigma tecnocientífico-histórico, de caráter físico-mecânico se mostrou incapaz (Moreira, 2020, p. 146). Aplicando tecnologias que alteram a própria concepção da vida desses seres vivos, tanto animal como vegetal, contribui-se, então, para o aumento da produtividade e, ao mesmo tempo, para a exploração dos elementos naturais.

Contudo, como é poder capitalizado é concentrado, as publicações de pesquisas que apresentam os prejuízos ambientais são praticamente escassas, abafadas. Pois, o capital não quer mudança de pensamento e conseqüentemente comportamental quanto a relação do humano com a natureza, isso é notório. Pois, mudanças de pensamento, podem

desencadear outras posturas, atitudes e consciência quanto aos recursos naturais. E aí teríamos uma nova versão de relação entre humano e a natureza.

A NATUREZA HOJE

Acredita-se que, a partir da década de 70, discussões em esfera mundial, referentes às questões ambientais, despertaram questionamentos de uma parcela da sociedade, como os cientistas e pesquisadores, pois, até então, tinha-se dúvidas quanto ao impacto das interferências humanas sobre a natureza. Essas alterações, no entanto, foram se intensificando, assim como as consequências. Neste período, Estocolmo⁴, na Suécia, sediou, entre os dias 5 e 16 de junho de 1972, um grande movimento internacional, onde estiveram reunidos 113 países, com o objetivo de discutir sobre os problemas ambientais, alertando o mundo em relação às mudanças climáticas e às alterações nos modos de vida das pessoas, em diferentes partes do mundo.

A partir da realização deste encontro em Estocolmo, foi elaborada a Declaração de Estocolmo, que instituiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA –, que tem a finalidade de orientar, contribuir e capacitar os países, para que estes busquem melhorar a qualidade de vida dos habitantes de hoje e do futuro (Proclima – Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo, 2023). Diante disso, muitos outros programas, leis, resoluções e declarações foram instituídos em vários países, inclusive no Brasil, a fim de preservar, zelar e manter o equilíbrio da natureza. Isso, é o reflexo do que vemos e sentimos no espaço geográfico, pois o desequilíbrio é notável, e isso é indiscutível. No entanto, as causas dessas transformações em relação ao comportamento de inúmeros fenômenos naturais ainda são questionadas, pois não há um consenso dos motivos.

No entanto, que há mudanças isso é aceito pela grande maioria de pesquisadores, diante disso, para Silva e Felício (2017, p. 5), este encontro em Estocolmo, que discutiu questões ambientais e seus impactos, resultou na busca pelo uso racional dos elementos naturais, objetivando promover um equilíbrio sustentável, movimento este que, após 16 anos, ficou delineado na Constituição Federal do Brasil de 1988. Neste sentido, a Constituição menciona que os elementos naturais servem de subsídios para a economia, afirmando que o uso sustentável é uma forma desta geração preocupar-se com as futuras gerações.

Entre as décadas de 80 e 90, o Brasil passou pelo processo de redemocratização, que pode ter contribuído para a inserção desta temática como ponto relevante, do qual se delineou, por exemplo, no Artigo 225, que:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

⁴ Disponível em: [https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/#:~:text=Foi%20um%20marco%20hist%C3%B3rico%20por,o%20Meio%20Ambiente%20\(PNUMA\).](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/#:~:text=Foi%20um%20marco%20hist%C3%B3rico%20por,o%20Meio%20Ambiente%20(PNUMA).)

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988) pode ser um dos primeiros documentos oficiais que trata do uso dos elementos da natureza pela sociedade, todavia, expõe, de forma ofuscada, que o meio ambiente deve ser usado como um bem em comum. Sendo assim, dispõe de um novo olhar, ao mencionar a relação da sociedade com os elementos da natureza, citando o impacto que o ser humano causa por conta da sua interferência.

Quijano (2009, p. 84), nesta direção, define como “o poder como a mais persistente forma de articulação estrutural de alcance societal”, pois a natureza, atualmente, encontra-se praticamente toda mercantilizada. Para o autor, isso acontece a partir do momento em que o ser humano busca nela apenas fonte de recursos naturais para subtrair, e não entende que deveria haver manifestação de decolonialidade, entendido como um novo modo de relacionar-se, respeitando o uso dos elementos naturais.

Neste sentido, o capital financeiro, atrelado ao modo de pensar e arraigado pela colonialidade, tece o cotidiano dos humanos e, por vezes, norteia suas relações e a forma de distribuição espacial e territorial do nosso tempo histórico. É um processo impregnado no modo humano de agir e pensar, dificultando o desenvolvimento comportamental que deveria ser orientado pelo zelo, cuidado e harmonia da sua relação com a natureza.

Para Quijano (2009), uma das formas de transformar o modo de pensar e ser do humano é decolonializar o seu pensamento, que seria libertar-se do pensamento colonizatório, isso implica mudanças ou rupturas comportamentais, com tudo e todos que o rodeiam, em razão de que praticamente todos os elementos naturais são avaliados conforme o seu valor de monetário. Decolonializar, portanto, é preciso, para que se tenha uma relação equilibrada entre a natureza, o capital e o humano Talvez, nesse momento alguns pesquisadores acreditam que possa ser inútil essa mudança, contudo, entendemos que há tempo sim de mudanças, e além de tempo, há necessidade, até mesmo para o planeta não entrar em colapso. Apesar de esse ser o medo da grande maioria, há rupturas atitudinais e comportamentais que são difíceis de serem realizadas. Não estamos, aqui, orientando ou sugerindo que as coisas não tenham valor monetário, ou que simplesmente deve-se abandonar todas as formas de plantio, extração ou cultivo, mas, apenas, entendemos que se deve haver um pensamento de uso consciente e equilibrado, que possibilite que todos os humanos tenham acesso aos elementos naturais.

CONCLUSÕES

Os modos de relação entre o homem e a natureza e o uso dos recursos naturais se dão pelas determinações históricas, deixando de ser analisados de forma isolada, visto que sofrem inúmeras influências. Nesta direção, Santos (2001) afirma que os lugares, a paisagem, a região e o território não eram mais explicados por si só, isolados, como “gavetas intocáveis”, mas, sim, que existia uma interconexão, fazendo com que os fenômenos modificadores de determinado lugar, muitas vezes, não estivessem lá, podendo os mesmos estar em qualquer outra parte do globo onde o poder do capital estivesse. Isso explica que é o capital que gerencia, na maioria das vezes, as relações entre sociedade-natureza, e que o comportamento se dá pelo modo de pensar. Assim aconteceu aqui no Brasil, com mudanças grotescas e quase irreversíveis no modo de pensar do humano.

É notório que a colonialidade ainda está presente na maneira pela qual o humano relaciona-se com a natureza, sendo perceptível no comportamento diário, em qualquer escala do espaço geográfico. São os modos que delinham o comportamento do humano, induzindo as suas relações com a sua espécie e também com o não humano.

Para Santos (2009), enquanto a dominação controlar, de forma articulada, e a resistência manter-se fragmentada, e isso implica em desencontros, existe pouca possibilidade de superarmos o capitalismo e o colonialismo enquanto sociedade. Isso reflete em relação à natureza, pois, para o autor, quando a sociedade imagina o fim do mundo por questões ambientais, e não em razão do capitalismo, evidencia o domínio no pensamento.

Diante disso, para Santos (2009), se foi ensinado ao humano dominar a natureza, respeitar também pode ser ensinado, pois, pensar num comportamento que esteja delineado pela preservação, zelo e cuidado com a natureza, é extremamente importante e necessário decoloniar. Isso implica em alterações comportamentais que não acontecem de forma imediata, mas que são construídas no decorrer do tempo, quando não há retrocessos.

Diante disso, analisar esse modo de agir pode ser uma maneira de territorializar o comportamento, alterando, dessa forma, o próprio futuro da humanidade. Assim, decolonizar para reterritorializar é uma forma de influenciar nas relações, permitindo ao sujeito repensar sua maneira de se apropriar e transformar o espaço geográfico. A partir disso, uma maneira de buscar viver em equilíbrio é reconsiderar o papel da natureza, tirando-a da situação de inferioridade e submissão, e passar a considerá-la paralela à sociedade. É algo desafiador, mas não impossível.

De acordo com Enes e Bicalho (2014), a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, pois, o tempo todo estamos circulando de um espaço para outro, de um território para outro, e, para isso, abandonamos alguns territórios e tomamos posse de outros. Contudo, não se destrói territórios abandonados, mas se remodelam novos modos de agir e ser. É isso que defendemos: uma nova forma de olhar para a natureza, decolonizando e reterritorializando.

Neste sentido, é interessante pensar que a natureza, além de ser utilizada para a extração de recursos, também desperta um viés, que talvez podemos denominar como inspiração emocional, pois torna-se um refúgio do mesmo humano, que ora a consome, sem demasia. É claro que a natureza e seus espaços preservados também são exorados, mas a diferença está no fato de que a grande maioria dos humanos admite que a natureza transmite tranquilidade e paz interior, que muitas vezes não são encontradas em nenhum outro lugar. Para isso, os humanos acabam, muitas vezes, pagando valores monetários altos, para sentirem a tranquilidade da natureza, frequentando espaços delimitados, preservados para esta finalidade.

Em alguns casos, os humanos chamam esses lugares encobertos por árvores, rios e vegetação de refúgio verde, e maximizam a necessidade de frequentarem lugares assim para se refazerem espiritualmente, buscando a calma. Diante disso, o humano tem pensamentos e ações que devem ser desvencilhados do período colonialista, permitindo que haja uma nova reterritorialização.

O reconhecimento das práticas e pensamentos colonizatórios pode ser gatilho para prospectar a decolonialidade quanto ao modo de o humano relacionar-se com a natureza,

porém, discussões teóricas devem servir para sustentar e ampliar a luta em favor da decolonialidade, projetando, assim, a reterritorialização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: nov. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

CARLOS, Ana Fani A. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>.

CLAVAL, Paul. **Terra dos homens: a geografia**. Tradução Domitila Madureira. São Paulo: Contexto, 2010.

DICIO. Dicionário Online de Português. **Cardápio**. 2 dez. 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>.

ENES, Eliene Nery Santana; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Desterritorialização/Reterritorialização: processos vivenciados por professoras de uma escola de educação especial no contexto da educação inclusiva. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 189-214, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/s9hTrTjxknZLc9mKvFgH74x/#>. Acesso em: 25 dez. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2 ed. 2ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2020.

PROCLIMA. **Programa Estadual de Mudanças Climáticas do Estado de São Paulo**. Disponível em: [https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/#:~:text=Foi%20um%20marco%20hist%C3%B3rico%20por,o%20Meio%20Ambiente%20\(PNUMA\)](https://cetesb.sp.gov.br/proclima/conferencias-internacionais-sobre-o-meio-ambiente/estocolmo/#:~:text=Foi%20um%20marco%20hist%C3%B3rico%20por,o%20Meio%20Ambiente%20(PNUMA).). Acesso em: 20 dez. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra-Portugal: G.C. Gráfica, 2009. p. 73-118. Disponível em:

<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia do saber. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra-Portugal: G.C. Gráfica, 2009. p. 23-71.

Disponível em:

<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. 5. ed. 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SILVA, Fúlvia Leticia Perego; FELICIO, Munir Jorge. Os princípios gerais do direito ambiental. **Colloquium Socialis**, Presidente Prudente, v. 1, n. Especial, p. 632-640, jan./abr. 2017. Disponível em:

<http://www.unoeste.br/site/enepe/2016/suplementos/area/Socialis/Direito/OS%20PRINC%C3%8DPIOS%20GERAIS%20DO%20DIREITO%20AMBIENTAL.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.